



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

**DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: NARRATIVAS DOCENTES
SOBRE ESTUDANTES QUILOMBOLAS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE
CRUZ DAS ALMAS-BA**

*DESAÍOS PARA UNA EDUCACIÓN ANTIRRACISTA: NARRATIVAS DOCENTES
SOBRE ESTUDIANTES QUILOMBOLAS EN UNA ESCUELA DEL MUNICIPIO DE
CRUZ DAS ALMAS-BA.*

*DIFFICULTY FOR AN ANTIRACIST EDUCATION: TEACHER NARRATIVES ABOUT
QUILOMBOLA STUDENTS IN A SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF CRUZ DAS
ALMAS-BA*

Dilvana Souza Santos¹

Silvia Karla Almeida Santos²

RESUMO

No que tange à questão racial no campo da Educação, ao longo dos séculos movimentos negros e antirracistas reivindicaram a inclusão das populações negras na escola, contudo somente no século XXI com as leis 10.639/03 e a 11.645/08, que se tornou obrigatório, trabalhar a história e cultura africana, afrobrasileira e indígena, no currículo escolar. É preconizado por essas leis que, é de responsabilidade dos docentes, desenvolver uma educação atenta as vivências históricas e culturais desses grupos, de forma a englobar nos conteúdos curriculares suas existências sociais e históricas. Assim, o presente trabalho, teve como objetivo conhecer as narrativas docentes sobre os estudantes oriundos da comunidade quilombola. Em relação à questão metodológica, trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Foi possível inferir com a pesquisa que ainda existe uma carência muito grande, referente à inclusão dos estudantes oriundos de comunidades quilombolas, no processo de ensino e aprendizagem, na prática docente. Uma educação escolar que contemple as vivências dos alunos quilombolas, é um tema urgente e necessário na agenda da Educação Básica. A questão racial precisa ser discutida na escola, o racismo precisa ser combatido, principalmente, nas séries dos anos iniciais pela sua repercussão no espaço social e familiar, desse modo, a escola poderá colaborar de forma significativa para que se possa desenvolver uma educação séria e antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: educação escolar quilombola; estudantes quilombolas; prática docente antirracista

¹ Mestra; UNIMAM. dilvana346@outlook.com

² Mestra; UFBA skasantos@hotmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

RESUMEN

En cuanto a la cuestión racial en el campo de la Educación, a lo largo de los siglos, los movimientos negros y antirracistas han exigido la inclusión de las poblaciones negras en las escuelas. Sin embargo, solo en el siglo XXI, con las Leyes 10.639/03 y 11.645/08, se hizo obligatorio trabajar la historia y la cultura africana, afrobrasileña e indígena en el currículo escolar. Estas leyes establecen que es responsabilidad de los docentes desarrollar una educación atenta a las experiencias históricas y culturales de estos grupos, incorporando sus existencias sociales e históricas en los contenidos curriculares. Así, este trabajo tuvo como objetivo conocer las narrativas docentes sobre los estudiantes provenientes de la comunidad quilombola. Metodológicamente, se trata de una investigación de campo con un enfoque cualitativo y descriptivo. La investigación permitió inferir que todavía existe una gran carencia en cuanto a la inclusión de estudiantes de comunidades quilombolas en el proceso de enseñanza-aprendizaje y en la práctica docente. Una educación escolar que contemple las experiencias de los estudiantes quilombolas es un tema urgente y necesario en la agenda de la Educación Básica. La cuestión racial debe discutirse en la escuela y el racismo debe combatirse, especialmente en los primeros años de escolaridad, por su repercusión en los espacios sociales y familiares. De esta manera, la escuela puede colaborar de manera significativa en el desarrollo de una educación seria y antirracista.

PALABRAS CLAVE:

ABSTRACT

Regarding the racial issue in the field of Education, throughout the centuries, Black and anti-racist movements have demanded the inclusion of Black populations in schools. However, it was only in the 21st century, with Laws 10.639/03 and 11.645/08, that it became mandatory to address African, Afro-Brazilian, and Indigenous history and culture in the school curriculum. These laws establish that it is the responsibility of educators to develop an education attentive to the historical and cultural experiences of these groups, incorporating their social and historical existences into curricular content. Thus, this work aimed to understand teachers' narratives about students from the quilombola community. Methodologically, it is a field research with a qualitative and descriptive approach. The research inferred that there is still a significant lack of inclusion of students from quilombola communities in the teaching and learning process and in teaching practices. A school education that embraces the experiences of quilombola students is an urgent and necessary topic in the Basic Education agenda. The racial issue needs to be discussed in schools, and racism must be combated, especially in early grades, due to its impact on social and family environments. In this way, schools can significantly contribute to the development of a serious and anti-racist education.

KEYWORDS:

INTRODUÇÃO

Durante o período de colonização no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, a mão de obra negra escravizada foi a base do sistema produtivo. Sequestrados, apartados de suas terras e vendidos como escravos, para trabalhar na colônia, os negros instituíram várias formas de resistências à escravização. A resistência escrava ainda nos é um tema caro, visto que, durante um longo período, a narrativa hegemônica omitiu da história do Brasil, a luta negra contra o jugo. Durante séculos, houve apenas um discurso histórico,



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

discurso esse, que sustentava a ideia de uma postura parcimoniosa dos negros em relação à escravização.

A resistência escrava teve múltiplas faces, se concretizou por meio da fuga dos engenhos para lugares de difícil acesso, a formação de bando de salteadores, o desvio de produção, foram algumas das estratégias para resistir à violência do trabalho escravo. Foi nesse cenário de contestação da ordem que, emergiram os quilombos, um potente símbolo da luta antiescravagista (REIS; GOMES, 1996).

Diante da negação de qualquer direito, oprimidos pela escravização, os negros encontravam nos quilombos, um meio de estabelecer uma vida longe da violência e da dor imposta pela condição de escravo. Os quilombos de outrora, são a gênese das comunidades quilombolas do nosso tempo. A relação com o passado ancestral, faz dessas comunidades, espaços cujas formas de vida e existência têm sentido próprio. Nessa perspectiva, é de fundamental importância se lançar um olhar atento a essas nuances, ao tratar sob qualquer aspecto os quilombolas.

Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 68, que as comunidades quilombolas reconhecem o direito de propriedade sobre a terra Brasil (1988), a partir daí, intensifica-se o cenário de luta para garantir os direitos civis das comunidades quilombolas, e por consequência, reivindicações pela educação escolar desses sujeitos.

Diante do contexto de exclusão historicamente imposta à população negra, e frente à urgente necessidade de reparação histórica para este grupo, o presente artigo teve como objetivo conhecer as narrativas docentes sobre os estudantes oriundos de uma comunidade quilombola no município de Cruz das Almas - BA. Nesse sentido, é de grande relevância pesquisar sobre essa temática, visto que esta pesquisa possibilita conhecer mais sobre como funciona a inclusão desses estudantes oriundos da comunidade quilombola em uma escola regular. Para além desta contribuição esse



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

movimento colabora, tanto para a reflexão, quanto para a mudança de postura frente à educação oferecida a esses sujeitos.

Em relação à dimensão metodológica, esta pesquisa é de abordagem qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2010), descritiva (TRIVIÑOS, 2011) e de campo, realizada com docentes de uma escola que atende estudantes oriundos de uma comunidade quilombola, em Cruz das Almas-Ba. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada (FLICK, 2004) e a análise dos mesmos foi realizada utilizando a técnica de análise temática (MINAYO, 2010).

ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E QUILOMBO NO BRASIL

A história do Brasil foi marcada pela utilização mão-de-obra escravizada durante mais de três séculos, essa mão de obra foi predominantemente negra, contudo, esse processo não se deu de forma impassível, a resistência a essa escravização foi também uma marca dessa mesma história. A escravização se tornou um marco na história do Brasil, devido a todas as consequências advindas deste sistema escravista, o autoritarismo, a violência, o preconceito e o racismo que foram bases para massacrar muitas vidas nesse período. No entanto, os negros não aceitavam tacitamente o trabalho escravista, as más condições de vida, a alimentação precária e a falta de humanização. Nesse sentido, Reis e Gomes afirmam que:

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos, mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão- e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e da formação de grupos de escravos fugidos (REIS; GOMES 1996, p. 9 - 10)

Dentre as diversas formas organizadas pelos negros em resistência a escravidão, a formação de quilombos foi uma delas. O termo quilombo era designado para se referir as comunidades autônomas de negros que fugiam da escravização, segundo Munanga (1996) a palavra quilombo é uma palavra originária dos povos de línguas bantas



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

(quilombo, aporuguesado: quilombo). A palavra quilombo passou a ser mais utilizada no Brasil a partir da metade do século XVII, período em que se intensificaram as fugas das senzalas pelos escravos trazidos via do tráfico transatlântico.

Ramos (1996) afirma que os quilombos eram como ímãs a atrair escravos descontentes e que muitos quilombos se localizam próximos de onde viviam e trabalhavam pessoas livres e escravos que ainda estavam nas senzalas. Ainda sobre a resistência escrava, de acordo com Machado (2018), a luta dos negros escravizados contra a perversidade do sistema escravista não se restringia à fuga, ela se manifestava também com homicídios contra senhores, feitores e capatazes, desvios de algumas produções agrícolas, além do suicídio que se configurava como parte das ações dos escravos, como forma de resistência à dominação.

Nesse contexto, é importante elucidar que a resistência escrava não foi aceita tacitamente pelos senhores, estes tentavam buscar estratégias para manter os escravos subordinados a eles para que cumprissem de forma mais rápida a produção. De acordo com Machado (2018, p.121)

Os atos de resistência amiudavam-se no cotidiano das fazendas na medida em que expressavam as tentativas senhoriais de reajustar o sistema de utilização da mão de obra às implicações decorrentes do processo de desintegração e o desagrado dos escravos à quebra de determinados padrões de trabalho de vida

O quilombo se configurou como um importante meio de resistência ao processo de escravização vivido no Brasil, contudo conforme aponta Ramos (1996), o quilombo não se caracterizava como uma manifestação contra ao sistema escravista, enquanto estrutura, muito mais contra a escravização em si, um mecanismo individual ou grupal de rejeição ao cativeiro.

Assegurar a sobrevivência longe do horror da escravização era fundamental para os negros, aquilomba-se, foi antes de tudo, um meio de garantir minimamente uma existência menos dolorosa.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Nesse sentido, Campos (2010, p. 32) evidencia que “o quilombo não foi apenas um grande espaço de resistência guerreira, mas representava recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização.”. É válido ressaltar que a fuga escrava não era sinônimo de formação de quilombos, a maior parte dos fugitivos era atraídos para quilombos e ajuntamentos já existentes.

É inegável que muitos quilombos foram formados no Brasil, um dos mais conhecidos é o Quilombo dos Palmares, por ter sido um dos maiores, abrigando cerca de 20 mil negros, tendo como líder Zumbi dos Palmares. Segundo Gomes (2008):

O Quilombo de Palmares foi o maior na história do Brasil; tornou-se símbolo de resistência, representando motivo de preocupação para as autoridades do Brasil Colonial. Palmares passou a ocupar dentro do imaginário de muitos escravos a esperança de se alcançar a sonhada liberdade através de fugas. (GOMES, 2008, p.451).

O Quilombo dos Palmares é uma referência importantíssima, durante muito tempo foi o único quilombo citado nos livros e documentos oficiais, a renovação da historiográfica trouxe à tona, não apenas novas dimensões de Palmares, mas desvelou um número muito maior de quilombos na história do Brasil. Os quilombos não se findaram com a abolição, atravessaram os séculos e hoje são uma potência de luta nos movimentos negros. É necessário que se tenha uma compreensão ampla sobre o quilombo, visto que esses territórios carregam consigo culturas, identidade e ancestralidade de um povo que, historicamente, vem travando lutas para que contra a opressão.

O artigo 2.º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, conceitua quilombos como "grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". Durante muito tempo, as terras outrora ocupadas por esses escravizados ficaram negligenciadas e esquecidas pelo poder público, dificultando a vivência e permanência de seus descendentes. Nesse



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

sentido, a Constituição Federal de 1988, preconiza no seu artigo Art. 68 que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras são reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, no entanto, somente a partir dos anos 2000 que se iniciou a tentativa de garantir esse direito (BRASIL, 1988)

Em 2003, como uma política de reparação, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial³ (Seppir), que ficou responsável por mapear e acompanhar as comunidades quilombolas (BRASIL, 2003). A regulamentação e titularidade das terras quilombolas são de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como pode ser observado no Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, art. 68: “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.”. O território precisa ser entendido como fonte de vida dos quilombolas.

É por meio das práticas e dos hábitos cotidianos, vivenciados nessas terras, que se constrói a identidade desses povos. Frente a isso, é de suma importância que estas terras quilombolas sejam legalmente reconhecidas, pois, é inegável que o quilombo já se constitui como parte da identidade dos quilombolas, ademais, a sua formação e existência se tornou fonte histórica no Brasil. Segundo Silva; Braga (2014):

O processo de construção identitária dos quilombolas está intimamente ligado ao processo de construção territorial, porém, torna-se relevante destacar que a linha tênue que separa ambos compreende tanto aspectos físicos/geográficos quanto simbólicos/representacionais. Esta complexa realidade tem sido historicamente negligenciada, no qual a partir de um olhar reducionista, rendeu as comunidades quilombolas, a condição de um lugar que representa apenas a resistência negra contra a escravidão. (2014, p.4).

³ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres por meio de medida provisória n.º 696, em outubro de 2015, foram unificadas e transformadas em Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos,



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Nesse sentido, é válido ressaltar, que a identidade territorial quilombola representa muito mais do que um espaço de resistência à escravidão, nesse ambiente, em linhas específicas se concentra a cultura e identidade própria de um povo que vive e quer resistir para continuar ocupando suas terras.

A lei por si só ainda não assegura os direitos dos quilombolas, ainda é difícil para essas comunidades serem assistidas, na prática. É direito desses povos que se tenha um olhar e ações específicas, acerca das demandas e peculiaridades dos mesmos. As políticas públicas precisam contemplar as particularidades dessas comunidades, principalmente no que diz respeito ao processo educacional e a identidade local e cultural.

EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação, em sua amplitude, prepara o indivíduo para o desenvolvimento de suas atividades durante toda sua vida, possibilita o entendimento de fatores sociais com engajamento reflexivo e crítico. Por muito tempo, as populações negras ficaram invisibilizadas na história da Educação, segundo Fonseca (2007, p. 40) “Essa atitude mantém vivo certo imaginário que pressupõe a escola como espaço privilegiado da população branca.”, sendo assim, quanto menores forem as referências de um passado com negros letrados, maior é a reprodução da ideia de que o desenvolvimento intelectual não é algo natural nesse grupo.

Mesmo após a abolição da escravidão, os mecanismos próprios de uma sociedade escravocrata mantiveram as populações negras socialmente excluídas. Embora tenham alcançado a liberdade, não tinham acesso à cidadania. Foram colocados à margem da sociedade, negligenciado o acesso à renda, a terra, a habitação, saúde, Educação e qualquer outro benefício. Essa falta de acesso à Educação ainda hoje é sentida, a desigualdade entre brancos e negros no acesso à escola é ainda grande. Segundo os dados do IBGE (2020), em pesquisa realizada em todo país, jovens negros passam, em média, quase dois anos a menos na escola (8,6 anos) dos que os brancos (10,4), além



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

disso, a taxa de analfabetismo também é quase treze vezes maior entre negros, quando se compara com brancos.

Por muito tempo a população negra teve desvantagens no acesso à escolarização no Brasil, desde o período colonial, até após a independência em 1822, a educação era para aqueles que podiam custeá-la, ou seja, para as elites, para os senhores de engenho e seus herdeiros. A Constituição de 1824, com seus ideais inspirados pela Revolução Francesa, instituiu a instrução primária gratuita para os cidadãos brasileiros, no artigo 6.º, como pode ser observado, designa cidadão aqueles que

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

- I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização.

Posteriormente, o Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, regulamenta a instrução primária e exclui textualmente os negros escravizados da educação:



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

A negação de direitos para as populações negras no Brasil é histórica, ela se arrasta desde a chegada dos negros aqui e ainda hoje tem marcas profundas. No entanto, a luta e resistência contra essa opressão é também histórica e teve sua expressão máxima somente neste século com a lei federal 10.639/03, um reconhecimento da luta pelos direitos das pessoas negras do combate ao racismo empreendida pelos movimentos negros. Essa lei dispõe sobre obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana em todas as escolas públicas e privadas do ensino fundamental até o médio e constitui-se como política afirmativa no âmbito educacional e foi uma conquista imensurável para a população negra, sobretudo, aos quilombolas (BRASIL, 2003).

A lei preconiza que todos os docentes precisam, em sua prática pedagógica, conhecer e proporcionar para os estudantes negros o conhecimento sobre a sua história e cultura, valorizando-as e inserindo nas aulas, elementos que contribuam para que este estudante se sinta um sujeito histórico, formador da sociedade brasileira, de forma positiva (BRASIL, 2003).

É nesse contexto de reivindicação, que se intensificam as discussões acerca da Educação Escolar Quilombola, uma modalidade da educação que visa trabalhar com as especificidades dos estudantes quilombolas, residentes nas zonas rurais e urbanas, em quaisquer lugares do Brasil. Nesse sentido, Miranda (2012, p. 374), afirma que a implantação da modalidade de educação quilombola, insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, no sistema escolar. Ou seja, segundo a autora, essa educação emerge na perspectiva de reparar as injustiças históricas causadas a este grupo étnico-racial.

No ano de 2012, nove anos após a implementação da lei 10.639/03, mais uma conquista foi alcançada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica foram implementadas para orientar os sistemas de ensino acerca dessa modalidade da educação. Este documento, entre outras coisas, chama atenção para a necessidade de uma pedagogia específica para comunidades quilombolas, a fim de proporcionar uma formação consolidada, fundadas em princípios como respeito à cultura, especificidade étnica racial, vivências históricas e identitária. De acordo com o Brasil (2012, p. 26), uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.

Notadamente, cabe a todas as esferas de ensino oferecer e garantir um suporte que contemple a formação adequada para os estudantes quilombolas, nesse sentido, visando orientar a prática da educação escolar quilombola na Bahia, em 2019 foi homologada a Diretriz curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental (DCRB), no qual o capítulo 4, dispõe sobre a Educação Escolar Quilombola na Bahia, destacando a necessidade de flexibilização na organização curricular, no que diz respeito à articulação entre a Base Nacional Comum Curricular, para tentar garantir a relação entre o conhecimento escolar e os saberes tradicionais dos quilombolas.

É indispensável que as escolas quilombolas, ou as escolas que atendem estudantes oriundos dessa comunidade, sejam adequadas e estruturadas para atender as necessidades dos estudantes. As leis e diretrizes por si só não asseguram que os direitos estabelecidos nelas serão cumpridos, especialmente quando se trata de uma sociedade estruturalmente racista como a nossa, desse modo, é importante que haja



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

direcionamento adequado nas instituições para que os recursos destinados a infraestrutura, materiais didáticos, tecnológicos, livros, entre outros, sejam direcionadas adequadamente e fiscalizados na prática. Frente a isso, é de fundamental importância que o Estado ofereça condições físicas e estruturais para que os quilombolas possam ter acesso e deem continuidade ao seu processo educacional, independente da Escola. No que concerne aos profissionais da educação, tais como gestores e docentes que irão atender aos alunos oriundos de comunidades quilombolas, cabe a estes estruturar as relações entre os saberes escolares com as vivências dos estudantes, ou seja é de grande importância para o êxito, além da formação continuada, conhecer o contexto desses estudantes, quais são as práticas desenvolvidas na sua comunidade e como se encontram as questões identitárias, para que seja possível propor um trabalho que dialogue com as vivências desses estudantes, de modo a se integra-los plenamente na escola, estimulando-os a participarem de forma ativa (SILVA, 2012).

Corroborando quanto a isso, Reis (2003) aponta que, o corpo docente da escola deve ter um envolvimento com o contexto da comunidade para desenvolver atividades que possam dialogar com as vivências históricas e culturais desses estudantes. Ou seja, o estreitar laços com o meio é fundamental para que se possa desenvolver uma prática antirracista, trabalhando os conhecimentos do currículo escolar de forma articulada, oportunizando a formação de cidadãos críticos e reflexivos para atuar na sociedade.

Diante disso, fica evidenciado que as marcas deixadas pelo sistema escravista estão atuais e bem acesas nos dias de hoje e tendem, de forma minuciosa, a excluir o acesso e permanência das populações negras no ambiente escolar. Esse cenário de exclusão, é ainda mais severo para os grupos quilombolas, visto que, o racismo estrutural dificulta o desenvolvimento de uma educação que privilegie as características desses grupos.

Existe a necessidade de uma educação específica para os estudantes quilombolas, por conta das agendas de lutas de movimento travadas por essa população. Tendo em vista as particularidades desse grupo, as comunidades muitas vezes são distantes da escola, as condições estruturais em alguns casos são precárias, poucas possuem instalações



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

sanitárias adequadas e até mesmo elementos básicos como água potável para o consumo dessas crianças e adolescentes, o que dificulta acesso e permanência à escolarização.

Além disso, a ideia de se ter uma educação escolar específica para a população escolar quilombola, é de fato, poder oferecer para esses estudantes uma educação que eles vejam refletida a própria história e as particularidades de suas vidas nos programas curriculares e nos materiais pedagógicos. É importante reafirmar a necessidade de que, em qualquer escola, seja ela quilombola ou não, faça parte das ações cotidianas a desconstrução das dissimetrias que retroalimentam a opressão das minorias.

Para que ocorra uma educação sensível às questões das comunidades quilombolas, é necessário que as escolas que atendem esses estudantes oriundos dessas comunidades, adéquem em seu currículo, a modalidade da educação escolar quilombola. Os docentes da unidade escolar precisam conhecer e entender o contexto que esses estudantes vivenciam como as práticas culturais, a historicidade, a fim de, na sala de aula, desenvolver uma prática educativa, antirracista, contemplando as especificidades dos estudantes, para incluí-los no processo educacional de forma efetiva e positiva.

O CAMINHO DA ESCOLA: ITINERÁRIOS DA PRÁTICAS DOCENTES

A realização desta pesquisa contou com a participação espontânea de quatro docentes que, atuam na unidade escolar selecionada, todas do sexo feminino. Para garantir o sigilo, as participantes da pesquisa foram identificadas com nome de flores, Violeta, Jasmim, Tulipa, e Lírio. Os dados relativos à formação, tempo de atuação e experiência foram solicitados no sentido de delinear mais precisamente o perfil socioprofissional das participantes, visto que, tais elementos implicam diretamente na atuação.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

A faixa etária das participantes está entre 41 e 57 anos, o tempo de experiência varia entre 22 a 30 anos de atuação na docência. A participante com menor tempo de atuação na escola possui 4 anos e a participante com maior possui 16 anos, em relação a esse dado, é válido ressaltar que a lei 10.639/2003 completou no ano de 2021, 18 anos que foi sancionada, ou seja, dois anos antes de a professora com mais tempo de atuação entrar na escola. É de suma importância para uma atuação na educação que vise a justiça social, manter constante diálogo com as políticas públicas de reparação e as pautas de lutas sociais por justiça e equidade de direitos.

Referente à formação, todas as entrevistadas são Licenciadas em Pedagogia, isso atende as novas exigências que a Lei de Diretrizes Bases 9394/96 pontua em seu artigo 62, indicando que todos os professores, para atuar nas escolas de educação básica precisam ter licenciatura (BRASIL, 1996).

Observou-se que a maioria das entrevistadas possui formação continuada na área de Gestão e Coordenação escolar, embora nenhuma das professoras atue no contexto de gestão ou coordenação escolar. É notória a importância vinculada a área de atuação, uma vez que, a formação continuada permite uma qualificação ensino. Nesse sentido, Brasil (2020) na resolução CNE/CP n.º 1, de 27 de outubro de 2020, no diário oficial, enfatiza no Art. 12 que “A Formação Continuada em Serviço deve ser estruturada, mediante, ações diversificadas destinadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas, ao longo da vida profissional e contextualizada com as práticas docentes efetivamente desenvolvidas.”.

Ainda em relação à formação continuada, entende-se que a formação do professor não interrompe na formação inicial. Amaral (2004), aponta que a formação continuada deve ser vista como um processo ininterrupto, sendo, portanto, uma tarefa contínua durante a trajetória profissional do professor, pois, oportuniza inclusive, conhecer mais sobre as novas informações que surgem no contexto social e a forma que isso impacta no contexto educacional.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Diante do que é orientado pela legislação e evidenciado no campo teórico, reafirma-se que, a formação continuada é de grande relevância para a qualificação do ensino, além de ressaltar, a importância de os professores darem continuidade à formação inicial, considerando a sua prática de atuação.

OLHARES DAS DOCENTES SOBRE OS ESTUDANTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

No ambiente escolar, os professores precisam conhecer os seus alunos, conhecer acerca da história e cultura dos estudantes que estão inseridos no contexto da sala de aula é de grande importância, para que os profissionais desenvolvam um trabalho equânime. Por essa razão, no decorrer da pesquisa foram questionadas às professoras, sobre o conhecimento das vivências históricas e culturais dos estudantes oriundos da comunidade quilombola. As participantes Violeta, Jasmim e Lírio responderam que conhecem apenas a vivência social deles, destacando, a exemplo, o fato de muitos trabalharem nas feiras livres e nas colheitas. Alegaram não perceber diferenciação dos estudantes quilombolas dos demais estudantes e que estas vivências são as de qualquer outro estudante não quilombola. Já a participante Tulipa, que possui mais de 10 anos de atuação na unidade referida, apontou que, não conhece o contexto das vivências históricas e culturais destes estudantes. Embora a escola não esteja na modalidade quilombola, por receber um público significativo, as docentes precisam conhecer as vivências desses estudantes, ter um olhar mais específico.

Nesse sentido, Reis (2003) enfatiza que os professores que recebem estudantes oriundos de comunidade quilombola precisam conhecer as vivências históricas e culturais, para poderem, assim, desenvolver um trabalho inclusivo e antirracista, de forma a possibilitar uma reflexão ainda maior, acerca das questões que tangenciam a raça e permita, inclusive, ecoar de maneira mais potente sobre as questões quilombolas.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Quando questionado às participantes se as mesmas acreditam que os estudantes se reconhecem com uma identidade quilombola, todas responderam que esses não reconhecem a sua identidade, exceto a participante Lírio que pontuou que: “poucos possuem entendimento sobre sua identidade, mas têm receio de se reconhecerem como quilombolas.

O professor em sua sala de aula precisa desconstruir este estigma, pois, como salienta Miranda (2012), a população negra foi inserida como subalternizada na sociedade e isto afeta esses estudantes, e por consequente, o contexto escolar fazendo com que muitos estudantes, inclusive, neguem a sua identidade, suas origens. Por isso, é indispensável que o professor entenda o contexto histórico e cultural, para oferecer para esses alunos o conhecimento e aceitação de si e dos seus como referência na história brasileira.

Ao serem questionadas como os estudantes quilombolas são contemplados no currículo escolar, todas apontaram que no currículo da escola, não se tem um seguimento destinado a ações para estes estudantes, mesmo a escola sendo a mais procurada pela comunidade. Com isso, pode-se perceber que, é necessária uma estrutura organizada para acolher e incluir os estudantes no processo de escolarização, pois, ainda que as Diretrizes Curriculares Referencial da Bahia para a Educação infantil e Ensino fundamental (DCRB) e Brasil (2012, p. 26) afirmem que, uma proposta de Educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, para que se possam articular os conhecimentos escolares com os saberes tradicionais dos quilombolas, é perceptível que a escola pesquisada, mesmo ciente que atende um percentual significativo de estudantes quilombolas, não engloba efetivamente esses estudantes no currículo da escola, o que dificulta uma formação crítica e antirracista.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

A PRÁTICA DOCENTE NA ESCOLA

A forma como a escola observa a inserção dos estudantes oriundos da comunidade quilombola, no Projeto Político Pedagógico e a maneira com a qual é desenvolvida a prática pedagógica do docente é de grande relevância para se trabalhar na perspectiva de uma educação antirracista e reflexiva. No decorrer da pesquisa, ao serem questionadas sobre a inserção dos estudantes não quilombolas no projeto político pedagógico da escola, as participantes afirmaram não se tem um olhar particular para esses estudantes quilombolas. A participante Jasmim pontuou ainda que “esses estudantes não são o todo, apenas uma quantidade”, como forma de justificar a não inclusão das questões quilombolas na escola. É interessante salientar que essa lógica de generalização é responsável por invisibilizar e reforçar a opressão dos grupos.

As participantes foram unânimes no argumento de que, pelo fato de não se tratar de uma escola quilombola, não existe a obrigação de se trabalhar a temática, no entanto, conforme a 11.645/2008, que alterou 10.639/03, as docentes teriam o respaldo legal para trabalhar as questões raciais e quilombolas na escola, tendo em vista que as leis preconizam a obrigatoriedade da cultura afro brasileira e africana em todas as etapas da educação, uma vez que, trabalhando questões que tangenciam raça e identidade, é possível investir na desconstrução do racismo que permeia no contexto social desses estudantes. Para isso, é de fundamental importância que essas demandas sejam atendidas, para que os mesmos possam enxergar suas origens com outro olhar e, assim, se sentirem pertencentes.

Segundo afirmaram as docentes, a escola trabalha a questão da diversidade, no entanto, não são realizadas atividades curriculares pensadas na perspectiva da inclusão do convívio desses estudantes no contexto escolar. Nesse sentido, é importante questionar o que essas docentes nomeiam como diversidade, já que os conteúdos trabalhados



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

segundo as mesmas são préselecionados, não atendendo à pluralidade. O trabalho na perspectiva da diversidade deve incluir a história, cultura, vivências de todos os estudantes. Weber (2009, p. 10) afirma ao dizer que,

A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes pontos de vista ou formas de abordar. Temos semelhanças com os membros do grupo, tribo ou time do qual fazemos parte, ainda assim, temos diferenças em relação às pessoas que julgamos parecidas conosco.

Nesse sentido, na perspectiva educacional é importante que se tenha bem definido o que são de fato as diversidades e como trabalhá-las na sala de aula de forma inclusiva, para que se possa desenvolver uma formação emancipadora e justa.

No decorrer da pesquisa, de acordo com as falas das participantes na escola são desenvolvidas atividades extracurriculares sempre em datas comemorativas específicas, no entanto, o foco dessas atividades é sempre o trabalho com a diversidade, mas nada pontual e específico para aquele estudante oriundo da comunidade quilombola. Todas afirmaram que não produzem, nem desenvolvem momentos que, possam valorizar a prática o contexto de vivência desses estudantes.

Bahia (2019) elucida sobre a necessidade de uma pedagogia específica para estudantes quilombolas com a intenção de proporcionar uma formação equânime fundada em princípios, como respeito a cultura, especificidade étnica racial, vivências históricas e identitária, contudo, as participantes admitiram que não desenvolvem uma prática pedagógica que valorize as questões étnico-raciais, algo que contribui de forma inegável, para uma formação crítica e antirracista.

As participantes foram questionadas se a escola possui acesso aos editais de financiamentos, benefícios e produções destinados aos estudantes quilombolas e todas afirmaram desconhecer qualquer coisa nesse sentido. Essa situação nos faz refletir sobre a importância de conhecer o contexto histórico e legal dos estudantes e lutar pelos



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

direitos que a eles são garantidos, com o intuito de incluir, acolher e trabalhar com eles todo processo de luta que existe, para que esses benefícios cheguem até eles.

Nesse sentido, Machado (2009, p. 154) afirma que na prática, mesmo tendo direito garantido por lei de acesso à escolarização, não são oferecidas para esses estudantes as condições necessárias, como, por exemplo, recursos didáticos, pedagógicos que colaboram para o ensino e aprendizado. O autor afirma ainda, que esses recursos são destinados para as instituições que atendem estudantes quilombolas e que o corpo docente deve receber e fiscalizar, na prática.

Conforme Sacristán (1999, p. 15), o professor deve assumir a função de guia reflexivo, ou seja, é aquele que ilumina as ações em sala de aula e interfere significativamente na construção do conhecimento do estudante e isso perpassa o ensino do conhecimento histórico e cultural que está criança está inserida. O que o autor pontua é muito pertinente, uma vez que, entende-se que os docentes que prezam pela responsabilidade social com a formação dos seus estudantes, precisam desenvolver uma educação que se aproxime ao máximo das realidades vivenciadas por eles.

Diante do que foi problematizado, é patente a necessidade da escola não se furtar de uma ação educativa que, busque clivar as dissimetrias sociais historicamente construídas, é de suma relevância que os docentes, que vivenciam o chão da escola, façam ecoar a luta por equidade e justiça social. Seguramente a educação, a prática docente ou professora, sozinhas não são capazes de destruir as dualidades estruturais, no entanto, é possível a ela se manter em constante diálogo com a realidade concreta dos estudantes, de modo a consolidar uma Educação inclusiva e, sobretudo, antirracista e humana.

É notório que as escolas que atendem estudantes oriundos de uma comunidade quilombola — ainda que esses estudantes não sejam a totalidade — tenham na unidade escolar, professores sensíveis e observadores a respeito dos seus estudantes, pois, dessa forma, será possível desenvolver uma formação equânime, justa e antirracista.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

A inclusão dos estudantes oriundos das comunidades quilombolas, no contexto de escolas não quilombolas é importante. É necessário a compreensão que incluir histórias, culturas, identidades, no contexto escolar, é muito mais do que uma matrícula registrada no sistema de ensino. O processo de ensino e aprendizagem precisa ser feito obedecendo à legislação brasileira e respeitando todas as vivências e saberes tradicionais dos estudantes, para que se formem cidadãos críticos e reflexivos e, além disso, romper com os estigmas racistas que estão presentes na sociedade.

O professor precisa ser presente e a sua prática pedagógica deve também contribuir para o conhecimento afirmativo da identidade, cultura, raízes e vivências desses estudantes quilombolas. As narrativas das participantes enfatizaram uma ausência de entendimento sobre o contexto dessas crianças e isso impacta diretamente na forma como é desenvolvido o trabalho relatado por elas. A formação continuada dialogada com o contexto da prática de atuação é relevante e necessária, pois, qualifica o trabalho docente.

Explicar, trabalhar e valorizar as memórias dos povos quilombolas é, também, uma atribuição dos docentes que atuam com esses estudantes, para que se permita uma formação justa, antissegregacionista, antirracista, emancipadora e equânime.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. A. do. Programas e Ações de Formação Docente em Educação Ambiental. In: TAGLIEBER, J.E.; GUERRA, A.F.S. (Orgs.). Pesquisas em Educação Ambiental: **Pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL. p.145-167. 2004.

BAHIA. Parecer do CEE nº 196/2019 de 13 de agosto de 2019. **Secretaria da Educação do Estado da Bahia**. Diretriz curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental /. Cap. 4 Educação Escolar Quilombola – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Ministérios das Comunicações, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei 11.645. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 10 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº. 10.639. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei 9394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Legislações: **Constituição Imperial de 1824**: Constituição Política do Império do Brasil.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Lei número 2040 de 28.09.1871. 1824.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FONSECA, M. V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007, 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. PNAD Educação. Folha de São Paulo. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 02/03/2021.

GOMES, F. dos S. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In. PINSKY, J; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, C. E. D. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista Usp**, São Paulo, v. dez./fev. 1995/96, n. 28, p. 56-63, 1996.

RAMOS, D. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (org.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

REIS, M. C. G. **Escola e contexto social: um estudo de processos de construção de identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

SACRISTÁN, G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.
SILVA, G. M. da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA Marcos Antônio Solano Duarte; BRAGA Graça Elenice dos Santos. Identidade territorial quilombola: tensões e possibilidades para uma educação das relações étnico raciais. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa. v. 3 n.2, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

WEBER, Cátia. **Educação para a diversidade e cidadania: educação para populações específicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.